



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Especial de Previdência e Trabalho

ATA

**266ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL
DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – CNPS**

Brasília, 21 de novembro de 2019

Esplanada dos Ministérios | Bloco F | sala 902 | Brasília – DF

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS

ATA DA 266ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNPS

DATA: 21 de novembro de 2019

LOCAL: Esplanada dos Ministérios – Ministério da Economia, Bloco F, Sala 902

PRESENÇAS

Representantes do Governo

ME – Leonardo José Rolim Guimarães

ME – Rogério Nagamine Costanzi

INSS – Renato Rodrigues Vieira

ME – Benedito Adalberto Brunca

ME – Bernardo Schettini

PR – Arthur B. de Vasconcellos Weintraub

IPEA – Luís Henrique da Silva de Paiva

Representações dos Aposentados e Pensionistas

SINTAPI/CUT – José Tadeu Peixoto da Costa

COBAP – Marcos Barroso de Oliveira

SINDNAPI – Milton Baptista de Souza Filho

Representações dos Trabalhadores em Atividade

FORÇA SINDICAL – Dionízio Martins de Macedo Filho

Representação dos Empregadores

CNI – Camila Jardim Aragão

CNT – Guilherme Theo R. da Rocha Sampaio

Convidados

DATAPREV – Ubiramar Mendonça

SINDANEPS – Hamilton Xavier

CNM – Fernando Benício

FECOMÉRCIO – Eduardo Almeida

SPREV/SRGPS/CGLN – Maria Alves dos Santos

CNA – Carolina C. V. de Melo

SPREV – Andrea Rufato

PGFN – Graziela Rosal Honorato

I – ABERTURA

Presidindo a mesa, o Excelentíssimo Senhor Leonardo José Rolim Guimarães (SPREV/ME) abriu a 266ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Previdência Social - CNPS e deu por iniciada a reunião.

II – EXPEDIENTE

O Conselheiro Leonardo José Rolim Guimarães (SPREV/MF), na qualidade de Presidente Substituto, deu posse aos Conselheiros: Sr. Guilherme Theo Rodrigues da Rocha Sampaio, Conselheiro Suplente, representante da Confederação Nacional do Transporte e o Sr. Arthur Bragança de Vasconcellos Weintraub, Conselheiro Titular, representante da Presidência da República. Ato contínuo, franqueou a palavra aos novos empossados. Com a palavra, o Sr. Guilherme Theo Rodrigues da Rocha Sampaio cumprimentou a todos, agradeceu pela oportunidade em poder participar e contribuir no desenvolvimento dos trabalhos e discussões que são realizadas pelo Conselho e colocou a Confederação Nacional do Trabalho à disposição para cooperar com os trabalhos. De posse da palavra, o Sr. Arthur Bragança de Vasconcellos Weintraub externou sua honra em participar do tão distinto Conselho e, se colocou à inteira disposição para colaborar com os assuntos relacionado a Previdência tanto nas reuniões, como em outros espaços de trabalho. E, comungou que está sendo verificada a possibilidade de celebração de um convênio entre o INSS e o INPS (INSS da Itália). Ato contínuo, o Sr. Leonardo José Rolim Guimarães colocou em votação a Ata da 265ª Reunião Ordinária do CNPS, realizada em 31 de outubro de 2019. A ata foi aprovada à unanimidade.

III – ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente Leonardo José Rolim Guimarães socializou a pauta da reunião, sendo estabelecida: I – Abertura; II – Expediente; III – Ordem do dia: a) Consolidação dos pontos aprovados pela Reforma da Previdência. Apresentação: Leonardo José Rolim Guimarães – Secretário de Previdência da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho; b) Aprovação do Cronograma de Reuniões para 2020. IV – Informes. V - Outros Assuntos: Definição a pauta da 267ª Reunião Ordinária do CNPS, a ser realizada em 05 de dezembro de 2019. Ao início da reunião, o Sr. Presidente fez breves considerações sobre a publicação da Emenda Constitucional nº 103, que é derivada da PEC 06, e altera o sistema de Previdência Social e estabelece regras de transição e disposições transitórias. Explanou que a Emenda é parte de um conjunto de proporções

administrativas que é chamada de “Nova Previdência”. Enfatizou que a EC nº 103 é o principal ponto da Nova Previdência, que é composta por diversas outras propostas legislativas, como: a) Medida Provisória nº 871 – que se transformou na Lei nº 13.846/19. Sugeriu retornar o assunto em reuniões futuras com os resultados da implementação das medidas que estão na norma, uma vez que possui impactos importantes para melhorar a qualidade do gasto previdenciário; b) Projeto de Lei nº 2.999/19 – que se transformou na Lei nº 13.876. Informou também que há impactos importantes, principalmente em relação à judicialização da previdência, onde se tratam pontos importantes para o Conselho discutir melhor num momento oportuno; c) Projeto de Lei nº 1.645/19 – que reestrutura o sistema de proteção social dos militares, que originalmente era das Forças Armadas e a Câmara ampliou, passando a regulamentar também as Polícias e Bombeiros Militares dos Estados e do Distrito Federal. Esclareceu que terá um impacto considerável, por redimensionar a passagem para a inatividade, bem como pensões militares, que recentemente foi aprovado na Câmara e está iniciando hoje a tramitação no Senado, motivo pelo qual se ausentou da reunião; d) Projeto de Lei nº 1.646/19 – que trata da cobrança da dívida ativa, Projeto importante que gerará impacto significativo tanto do ponto de vista fiscal, quanto da justiça contributiva. Dando início à apresentação, o Sr. Presidente informou que a demografia foi o principal motivador da reforma da previdência e, nesse sentido, acrescentou que a taxa de fecundidade do Brasil é de 1,7 filho por mulher e explicou que essa taxa está abaixo do que seria necessário para manter a população estável. Explicou, que a reforma da previdência também é devido ao aumento da taxa de dependência; enfatizou que de acordo com o ponto de vista previdenciário o importante é a expectativa de sobrevida na idade de aposentadoria. Discorreu sobre a relação entre pessoas em idade ativa e idosos; comungou que pessoas de idade ativa nem sempre são contribuintes para a previdência; pontuou que o Brasil está envelhecendo rapidamente e enfatizou que é insustentável a manutenção do sistema previdenciário antes da Emenda nº 103. Elencou a situação financeira do Sistema Previdenciário e externou que todos os sistemas apresentam déficits. Destacou que a despesa estimada para o ano de 2019 é de R\$ 814 bilhões e explicou que corresponde a 59% da despesa primária da União. Comungou que se as regras previdenciárias anteriores tivessem sido mantidas, as despesas primárias da União com previdência e BPC em 2026 chegaria a 80%; afirmou que a despesa estava em um padrão de crescimento insustentável e que inviabilizaria as demais políticas públicas. Esclareceu que com a nova Emenda Constitucional essa despesa, em valores reais, vai continuar crescendo, porém não nos níveis que iria crescer; informou que essa despesa deve ficar estabilizada na próxima década. Reforçou que a reforma tem por objetivo controlar o crescimento das despesas previdenciárias. Explicou o gasto previdenciário e esclareceu que o gasto

com a previdência e assistência é muito superior aos investimentos em saúde e educação. Elencou os impactos econômicos e per capita com a nova previdência: economia de R\$ 8,7 mil per capita no Regime Geral e economia de R\$ 114,1 mil per capita para os servidores federais. Quanto às regras gerais da Emenda Constitucional nº 103/2019, explicou que de acordo com a nova regra previdenciária não haverá aposentadoria por tempo de contribuição; informou que a idade mínima de aposentadoria para as mulheres é de 62 anos, e de 65 para os homens, com tempo mínimo de contribuição de 15 anos para as mulheres, e 20 anos para os homens. Discorreu sobre a nova regra para os professores, em que passa a ter idade mínima, sendo de 57 anos para as mulheres e de 60 anos para os homens, com tempo de contribuição de 25 anos para ambos; e esclareceu que o profissional com deficiência, que pede aposentadoria especial de pessoa com deficiência, não possuem exigência de idade mínima. Com a palavra, Sr. Marcos Barroso de Oliveira explicou que a aposentadoria especial tende a acabar; e questionou como será reconhecido o tempo da atividade especial antes a aprovação da emenda. Sugeriu como ponto de pauta para futuros debates no Conselho. De pronto, o Sr. Leonardo José Rolim Guimarães esclareceu que as Aposentadorias Especiais em todo o mundo possuem idade mínima menor que a idade mínima da regra geral; e explicou que ao definir uma idade mínima para as aposentadorias especiais não significa estar acabando com a mesma. Quanto à conversão de tempo especial, aclarou que o tempo que tenha sido realizado anterior à promulgação da emenda será convertido em tempo comum. Dando prosseguimento à apresentação, explicou que a regra de cálculo de aposentadoria garante um salário mínimo, exceto para aqueles que não tem indexação do salário mínimo. O Sr. Marcos Barroso questionou se haverá a possibilidade de receber um benefício com o valor acima do cálculo do valor do salário de benefício. De posse da palavra, o Sr. Presidente respondeu que sim, como já existia com o fator previdenciário. Com isso, quanto mais contribuir, maior será o valor do benefício. O Sr. Benedito Adalberto Brunca acrescentou que a questão da redução do desconto do valor pelo fator previdenciário, decorreu por conta das aposentadorias precoces, mas também pela expectativa de desaposentação poder reverter o valor futuro dos benefícios. Era uma opção que se fazia e uma expectativa que não se confirmou pela decisão do Supremo Tribunal Federal, que impossibilitou a possibilidade de desaposentação. Tal fato estimulava muitos a utilizarem essa etapa precocemente como um salário adicional. O Sr. Marcos Barroso de Oliveira externou sua opinião sobre a comparação da previdência brasileira com o Sistema Previdenciário do mundo; falou que o Brasil possui condições diferentes na economia, na saúde, na educação e em outros fatores; e enfatizou que para o Brasil ser avaliado e analisado com o mundo deve estar no mesmo nível. De pronto, o Sr. Arthur Bragança de Vasconcelos Weintraub concordou em parte com a preocupação do

Conselheiro, porém esclareceu que cientificamente o Brasil possui características semelhantes aos demais países do mundo e que algumas regras são gerais ao mundo inteiro. Ato contínuo, o Sr. José Tadeu Peixoto da Costa pontuou a importância de analisar a previdência social isoladamente, sem considerar a assistência social como parte da previdência. Questionou se dos números apresentados as contribuições arrecadadas estão incluídas. Ato contínuo informou que a desigualdade que se fala é no sentido da desigualdade da arrecadação, principalmente quanto ao Sistema Tributário. O Sr. Leonardo José Rolim Guimarães esclareceu que as análises das contas da previdência se dão individualmente; explicou que existe um Fundo Geral de despesas e receitas da previdência. Após os debates o Sr. Presidente informou que a discussão sobre dados, inclusive comparação internacional é muito importante. Dito isso sugeriu que numa reunião futura sejam apresentados os resultados da seguridade social como um todo, a fim de desmistificar as informações equivocadas que são repassadas. Propôs, ainda, convidar o TCU para fazer uma apresentação se for o caso. É um papel importante do Conselho discutir os números da seguridade social para evitar as confusões que se fazem entre previdência e seguridade social. Em razão de agenda no Senado Federal, o Sr. Presidente se ausentou da reunião passando a condução e a palavra ao Sr. Narlon Gutierre, Secretário de Previdência Adjunto. Dando continuidade na apresentação, o Sr. Narlon Gutierre Nogueira explicou a nova regra Geral para os servidores da União; ato contínuo, elencou a nova regra para policiais e agentes, que com a Emenda nº 103 passaram a ter direito a idade mínima, sendo 55 anos de idade para mulheres e homens, tempo de contribuição de 30 anos e tempo mínimo de cargo de 25 anos; explicou que a regra de cálculo considera 60% + 2% por ano de contribuição que exceder 20 anos x média de 100% dos salários de contribuição desde julho de 1994. Na sequência, elencou as alíquotas progressivas e explicou que a alíquota efetiva resulta da aplicação da alíquota progressiva sobre cada faixa salarial. Elencou as regras de transição: i) Direito Adquirido: as regras de aposentadoria e pensão permanecem as mesmas para os que já recebem o benefício ou que já cumpriram os requisitos; ii) RGPS: quatro (4) opções para aposentadoria por tempo de contribuição; uma (1) opção para aposentadoria por idade e o segurado poderá optar pela forma mais objetiva; e iii) RPPS da União: duas (2) opções de transição para aposentadoria de servidores em geral; abono de permanência mantido igual ao valor da contribuição, mas que poderão ser estabelecidos critérios em Lei para o seu pagamento. E, esclareceu que também há regras específicas em decorrência de exposição a agentes nocivos, aposentadoria de professores, policiais, agentes penitenciários e socioeducativos. Quanto à pensão por morte, tanto para o Regime Geral, quanto para os servidores da União, explicou que o segurado vai ter direito ao benefício mais vantajoso, esse benefício mais vantajoso, necessariamente, não

terá sido o primeiro que tenha começado a receber; esclareceu que ele recebe o valor integral, outros benefícios ou os demais benefícios, ele recebe segundo a quantidade de dependentes: i) um (1) dependente, 60%; ii) dois (2) dependentes, 70%; iii) três (3) dependentes, 80%; iv) quatro (4) dependentes, 90%; e v) cinco (5) ou mais dependentes, 100%. E, por fim, ressaltou que o benefício que for até o valor de um salário mínimo, recebe 100%, sem haver reduções. O Sr. Rogério Nagamine se pronunciou quanto às manifestações de alguns Conselheiros, no tocante à apresentação, e comunicou que possui uma apresentação mais detalhada, descrevendo cada um dos 36 artigos da Emenda, bem como um quadro comparativo, que poderão ser encaminhados aos interessados. O Sr. Dionízio Martins fez dois questionamentos: A) a proposta apresentada pelo Sr. Samuel Moreira do pedágio de 100% do tempo faltante para período superior a dois anos; B) se haveria regra de transição para aposentadoria especial; O Sr. Narlon Gutierre, quanto ao primeiro ponto, esclareceu que não necessariamente é para período superior a dois anos, mas para qualquer período. Porque na proposta apresentada não tem a aplicação do fator previdenciário. Enfatizou que dentre as quatro regras, o segurado vai poder escolher qual melhor lhe atende. No tocante à Aposentadoria Especial, o Sr. Narlon Gutierre, explicou que o art. 21 da PEC trata da regra de transição para àqueles que trabalham com agente nocivos, seja do RPPS ou RGPS, a pontuação é fixa, conforme a atividade. O Sr. Dionízio Martins questionou sobre a informação de o Senado ter aprovado o cálculo de todo o período de vida profissional, ser feito a partir de 2025, diferentemente do proposto pelo governo. O Sr. Narlon Gutierre, esclareceu que a E.C nº 103 já está em vigor e ela altera de imediato a regra de cálculo do período contributivo de 80 para 100%. A proposta apresentada no Senado, pelo Senador Flavio Arns, foi que a passagem de 80 fosse para 100%, em 10 anos, aumentando a cada 5 anos 10%. Todavia, na votação em segundo turno no Plenário foi feito um acordo para isso se dê no prazo de 5 anos, mas que foi aprovada na PEC Paralela (nº 133), que vai seguir para a Câmara dos Deputados, para discussão sobre a passagem gradual. O Sr. Ubiramar Mendonça questionou se a aplicabilidade da regra a estrutura dos Policiais Federais, aos Policiais Cíveis do DF também é imediata. O Sr. Narlon Gutierre, respondeu que sim, que tudo mencionado nas regras da PEC sobre os Policiais Federais se aplicam aos Policiais Cíveis do DF, pelo tratamento diferenciado que possuem de serem pagos via recursos do FCDF. O Sr. José Tadeu descreveu que a reforma da previdência era necessária, mas poderia não ter sido tão dura no início. Ressaltou sobre o desequilíbrio das contribuições. Ao final, registrou o protesto em relação ao dia 20/11/2019 (Dia da Consciência Negra) em que as repartições, principalmente do INSS, não obtiveram posicionamento prévio pela Administração Pública quanto ao expediente, uma vez que, em alguns estados era feriado. A falta de posicionamento prévio causou alvoroço e desrespeito a

data, uma vez que comunicou de última hora a obrigatoriedade do funcionamento do órgão. O Sr. Renato, Presidente do INSS, esclareceu que é importante saber que o INSS faz parte da estrutura da Administração Pública e que, portanto, não possui soberania sobre a sua gestão. Esclareceu que houve deliberação do órgão central do Ministério da Economia, indicando o funcionamento normal para todos os órgãos vinculados à Pasta, não somente na data citada, mas para todos os feriados locais, o que foi cumprido pelo INSS. Por fim, o Sr. Narlon Gutierre, acrescentou que durante os debates da Comissão Especial, da Câmara dos Deputados, sobre a necessidade de que outras reformas deveriam ser feitas antes da reforma da previdência. E há um consenso quanto à necessidade de um sistema tributário mais justo, mas há um descenso pela forma de como, quanto se cobrar o tipo de tributo, uma questão complexa, vários Governos já propuseram a reforma como pauta, mas há uma dificuldade de se colocar no plenário. Após manifestações e considerações, o Sr. Rogério Nagamine Costanzi prosseguiu com a Pauta do dia: Aprovação do Cronograma de Reuniões para 2020. O cronograma foi aprovado por unanimidade.

IV – OUTROS ASSUNTOS

O Sr. Leonardo José Rolim Guimarães sugeriu pautar a Medida Provisória nº 905 e os Projetos de Lei que tratam da habilitação, reabilitação e cotas.

V – ENCERRAMENTO

Finalizados os itens da Pauta, nada mais havendo a tratar, o Conselheiro Narlon Gutierre Nogueira (ME) deu por encerrada a 266ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS.